



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SEI N.º 0137906-46-2020.6.05.8000

057/2020

Registro de Preços visando a eventual aquisição de nobreaks, estabilizadores, baterias estacionárias, suportes para nobreaks e lâmpadas..

RELATÓRIO FINAL

Instada a realizar licitação, registro de preços, na modalidade pregão eletrônico, visando a eventual aquisição de nobreaks, estabilizadores, baterias estacionárias, suportes para nobreaks e lâmpadas. O Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União e no site Comprasnet, bem como disponibilizou o edital no portal da transparência do TRE-BA.

Desse modo o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020, deu início a realização dos trabalhos às 13h30 dia 11 de novembro de 2020. Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentadas, em seguida, passou para fase de lances, conforme Ata acostada aos autos (doc. 1319113/2020).

Encerrada a supramencionada etapa, com a classificação das empresas participante do Certame, iniciou-se a fase de julgamento das propostas. Onde as empresas, classificadas provisoriamente em primeiro lugar para os itens em disputa, foram instadas a negociarem o valor das propostas em atendimento a condição 9.1 do Edital. Situação em que, as licitantes classificadas em primeiro lugar não aceitaram a contraproposta do pregoeiro para reduzir o valor ofertado no lance inicial.

Vencida a fase de negociação das propostas o Pregoeiro passou a verificar as especificações dos produtos oferecidos com as exigências do Edital.

1. Constatando as seguintes ocorrências:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1.1 A licitante Sistêmica Soluções Corporativas Ltda foi instada a se manifestar sobre as especificações do produto de que trata o item 2, em sua defesa a empresa ponderou que havia enviado catálogo com ficha técnica que atendem o quanto solicitado no edital. O pleito foi submetido a análise da área técnica que opinou pela aceitação do produto.

1.2. A LX Distribuidora de Materiais Elétricos Ltda., apresentou proposta para o item 5 incompatível com as especificações do edital. Diante desta situação o pregoeiro indagou a licitante se ela atendia as condições do Edital, a empresa confirmou atendimento as normas do Instrumento Convocatório.

1.3. Anziliero Indústria e Comércio de Confecções Ltda – licitante vencedora dos itens 3 e 7, teve a proposta desclassificada por consignar preço simbólico ou inexequível. Provocada a se manifestar a respeito dos preços ofertados o licitante ficou-se inerte.

1.4. As empresas Marck Tecnologia Serviços Mecânicos Ltda, BML Comercial Ltda e ALL Suprimento Ltda foram desclassificadas por consignarem preços superiores ao valor estimado pela Administração e não aceitaram negociação do pregoeiro visando a redução do valor da proposta para o item 4.

2. Em razão do retorno do certame a fase de julgamento das propostas, por causa do recurso interposto pelo licitante Web Tech Tecnologia Ltda. O pregoeiro aquiesceu as razões do licitante, cujo os motivos veremos adiante, e reabriu o pregão às 14:00 do dia 15.12.2020, segundo Ata Complementar (doc 1358710) com o registro das seguintes eventos:

2.1. A licitante Itec - Informática e Tecnologia Ltda foi desclassificada em razão do produto ofertado, (item 1) Estabilizador de Tensão Microprocessado marca TS SHARA Modelo/Versão POWEREST 1000va, não atender as especificações do edital, segundo parecer da área técnica (doc 1333678).

2.2. A proposta da licitante Bml Comercial Ltda foi recusada uma vez que a descrição do Modelo/Versão "TRLUX" estavam incompletas impossibilitando



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

uma análise precisa pela área técnica. Instado a se manifestar o licitante ficou-se inerte.

2.3. O licitante Lucas Vinicius de Andrade Cardoso teve a proposta desclassificada por não atender as exigências do edital pelas razões expostas no item 2.1 acima.

3. Fase de habilitação. Nesta fase, após análise do SICAF constatou-se que a Certidão de Regularidade Fiscal da Fazenda Federal do licitante Tecno Industrial e Comercial estava vencida. Nesta oportunidade o pregoeiro concedeu o prazo de 2 horas para envio da certidão. Por se tratar de microempresário individual, o fornecedor solicitou o prazo de 5 dias úteis para envio da Certidão conforme disposto na condição 11.16 do Edital.

Também na análise do SICAF, observamos ocorrência dos fornecedores a exemplo de multas, advertências e suspensão temporária para licitar com a Administração das seguintes empresas: Sistêmica Soluções Corporativas Ltda, Tecno Industrial e Comercial Ltda e Midas Informática e Produtos.

Ressaltamos que as ocorrências apontadas acima encontram-se inativas por decurso de prazo, esclarecendo que as multas e advertências não obstam a contratação, e no caso da suspensão temporária, ainda que estivesse vigente atingiria tão somente o Órgão da Administração sancionador. Isso quer dizer que a vedação em pauta, não tem o condão de afetar os demais Órgãos da Administração Pública. Ultrapassadas essas restrições, o Pregoeiro efetuou as consultas aos sites de que tratam a condição 11.10 do edital. Em seguida procedeu-se às autenticações dos seguintes documentos: a Certidão Negativa de Falência e Concordata e a Certidão Negativa de Tributos Estaduais, dos licitantes vencedores, conforme a condição 11.1.6. e 11.1.4, d, do Edital.

Informo que os documentos de habilitação, da empresa habilitada, segundo previsto no Decreto nº 10.024/2019 foram anexados ao sistema comprasnet, com a proposta de preços e estão de acordo com as exigências do Instrumento Convocatório.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Não havendo inconsistência nos documentos apresentados pelos licitante que ensejassem a desclassificação, as empresas foram declaradas vencedora(s) e por via de consequência tiveram a(s) proposta(s) habilitada(s) para o(s) item(ens) disputado.

Encerrado o prazo para registro da intenção de interpor recurso, houve apresentação de intenção de recorrer pelo licitante Tech Tecnologia Ltda. o Pregoeiro encerrou a sessão às 11:07 do dia 23.11.2020, adjudicando-lhe o objeto ao(s) licitante vencedor.

4. A recorrente apresentou a peça através do (doc nº 1353976) com a alegação de que a empresa arrematante não cumpriu as especificações exigidas no Termo de Referência para o item 1, Estabilizador de Tensão Microprocessado. Por se tratar das especificações técnicas do produto, submetemos a análise do recurso a área demandante que emitiu Parecer (doc 1333678) opinando pela não aceitação do produto, por não atender as especificações do Edital, notadamente a ausência de certificação do Inmetro "*o equipamento não possui a certificação do inmetro que valida tal afirmação. Diante do exposto, entendo ser procedente tecnicamente o recurso impetrado pela Web Tech Tecnologia LTDA*".

Lastreado no Parecer da área técnica o Pregoeiro se manifestou a favor da recorrente, e por esta razão acolheu o recurso, (doc 1333770) retornando o Certame o licitatório a fase de julgamento das propostas, com o propósito de desclassificar a licitante vencedora e dar seguimento ao certame. Desse modo, reagendou a reabertura do pregão para o dia 15.12.2020, às 14:00 horas.

Reiniciado o processo licitatório o pregoeiro desclassificou as empresas elencadas no item 2 retromencionado. Em seguida classificou a proposta da licitante Midas Informática e Produtos Ltda., depois de aferida a regularidade dos documentos requeridos na Seção XI do Edital a empresa foi habilitada e sessão encerrada às 14:12 do dia 07.01.2021, entretanto houve nova apresentação de intenção de recorrer que discorreremos a seguir.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

5. Preliminarmente convém ressaltar que o prazo para fechamento da intenção de recorrer foi informado às 16:10 do dia 16.12.2020 (doc 1358710), mas o prazo para apresentação das razões e das contrarrazões só foi informado no dia 07.01.2021, isto porque o sistema comprasnet não aceita que seja informado prazo superior a 15 dias para apresentação do recurso e das contrarrazões. Por conta da suspensão dos prazos processuais, em virtude do recesso do Tribunal no período de 21.12.2020 a 06.01.2021, não foi possível encerrar o pregão após apresentação da intenção de recurso (16.12.2020). Pois se assim procedêssemos o prazo para apresentação das peças recursais superaria os 15 dias.

Para contornar essa situação o pregoeiro suspendeu administrativamente o certame no período do recesso do Tribunal, reiniciando-o no dia 07.01.2021, tão somente para informar a data que deveria ser enviado o recurso e as contrarrazões. Respectivamente em 12/01/2021 e 15/01/2021.

Feita estas considerações, cuidaremos do recurso apresentado pelo licitante BRASIL- UC TECNOLOGIA I. S. LTDA. CNPJ nº 01.681.463/0001-29. O licitante ora qualificado apresentou a peça recursal por e-mail, em que pese o pregoeiro ter informado através do sistema comprasnet o prazo e o meio adequado para exercício deste mister. O licitante não observou o regramento contido no art. 44 do decreto 10024/2019, bem como a condição 12.5 do Edital que preveem o envio da recurso via sistema. Motivo suficiente para o Pregoeiro dar andamento ao certame sem analisar as razões da recorrente, e, também por entender que o licitante vencedor não se beneficiou dos critérios de desempate previsto no art. 5º do Decreto nº 7174/2010, posto que o sistema comprasnet informa através da Ata complementar do Certame (doc 1358710) que: "Item: 1 - ESTABILIZADOR TENSÃO Não existem lances de desempate 7174 para o item".

Todavia, devido ao princípio da Autotutela que consagra a Administração Pública o poder de rever seus próprios atos¹, além disso, para que não paire dúvidas quanto a regularidade do processo licitatório, e por



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

consideração ao recorrente, o pregoeiro resolve analisar a peça apresentada e rechaçar as alegações apontadas pelo licitante. Senão vejamos.

“¹No exercício do seu poder, a Administração Pública, legitimada pelo Princípio da Autotutela guarda para si a possibilidade de rever seus próprios atos. “Pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao judiciário.”

Em síntese a recorrente alega que a proposta vencedora fora beneficiada com os critérios de desempate elencados no art. 5º do Decreto 7174/2010, Ao declarar que o produto ofertado, Estabilizador de Tensão Microprocessado marca Ragtech Modelo Sidelaser possui Processo Produtivo Básico e também Tecnologia do País (PPB + TP), e que a recorrida, apenas conseguiu comprovar atendimento ao PPB, e, por essa razão a proposta não deve ser aceita. Ainda que, mais tarde a empresa comprove que também possui Tecnologia no País essa comprovação seria extemporânea.

De forma bastante singela, podemos demonstrar o equívoco da recorrente. O detentor da certificação do Processo Produtivo Básico e da Tecnologia do País (PPB + TP) é do fabricante do produto, nesse caso a RGT Eletrônica Ltda, e não do licitante revendedor do produto. Essa condição pode ser facilmente confirmada através do (doc 1363395).

Quanto ao envio ou não dos comprovantes pelo licitante vencedor, isto é irrelevante, até porque não se trata de documento de habilitação relacionado na Seção XI do Edital. Como visto no parágrafo anterior a certificação do PPB e do TP é do fabricante do produto. A confirmação desses documentos dar-se-á através de consulta ao endereço eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia e pode ser efetuada pelo pregoeiro, conforme disciplina a condição 11.7 do Instrumento Convocatório.

Dante do exposto, as alegações do recorrente não devem prosperar. Portanto a proposta vencedora deve ser mantida, uma vez que está amplamente



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

demonstrado que o produto ofertado, **Estabilizador de Tensão Microprocessado da Marca Ragtech modelo/versão Sidelaser** atende plenamente os critérios de desempate disposto no Art. 5 do Dec 7174/2010. Embora não considere excessivo reiterar que o licitante vencedor Midas Informática Produtos Ltda. não se beneficiou dos critérios de desempate combatidos pela recorrente.

É o Relatório que submeto à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 22 de janeiro de 2021.

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro